

queira situar-se na Igreja ao mesmo tempo em fidelidade ao genuíno e profundo Vaticano II e às novas exigências que aos pastores e aos cristãos são colocadas pela situação do mundo cinquenta anos depois.

JORGE COUTINHO

ALBA LÓPEZ, Almudena, **Teología política y polémica antiariana. La influencia de las doctrinas cristianas en la ideología política del siglo IV**, col. «Plenitudo temporis», Publicaciones Universidad Pontificia, Salamanca, 2011, 432 p., 240 x 170, ISBN 978-84-7299-916-9.

Este livro é originariamente constituído pela dissertação de doutoramento apresentada pelo autor e defendida na Universidade Complutense de Madrid. O seu escopo fundamental é a exposição daquilo que, desde Carl Schmitt, se tem chamado teologia política e que no caso vertente é estudada, em duas visões fundamentais, na sua formulação (ou melhor, nas suas múltiplas formulações) no século IV, mais rigorosamente sob o reinado do imperador Constâncio II. Tais são as visões ligadas respetivamente ao arianismo e às orientações emanadas do Concílio de Niceia.

Para alcançar uma visão o mais possível compreensiva, o autor fez questão de tratar o assunto em estudo interdisciplinar, conjugando, em suas implicações e reflexos, as mentalidades do tempo, a reflexão sobre as doutrinas cristãs do momento, com a correspondente compreensão correta do dogma, a patrística e a teologia política.

Por outro lado, o mesmo autor seleccionou como delimitação temporal para o seu estudo a época de Constâncio II por considerar que é nesta fase que «se observam,

de modo mais fidedigno, os problemas suscitados pela decisão de Constantino de fazer do cristianismo uma *religio licita* e o progressivo favorecimento da mesma» (p. 20). Do mesmo modo, presta particular atenção ao conflito niceno-ariano, como principal dinamizador desta nova teologia política inaugurada sob o reinado deste imperador. Duas concepções antagónicas estão aí em presença: a de um poder absoluto da autoridade política, em nome e por outorga direta de Deus (arianismo), e a de um poder que, vindo embora de Deus, tem como mediações relativizadoras a autoridade do bispo e a lei de Deus (nicenismo). A primeira concepção tinha implícita a ideia de um «imperador divino» e a sacralização do poder; a segunda, que Tertuliano defende também com o seu habitual radicalismo, é tendente à sua dessacralização. Em causa estava também a liberdade da Igreja, só garantida nesta segunda maneira de ver. Mas as nuances desta problemática e das maneiras de ver a relação entre o poder religioso e o poder político são múltiplas e variadas. Alba López estuda-as e expõe-nas minuciosamente com aturado labor. O seu estudo vai na direção de mostrar a supremacia das orientações de Niceia na teologia política que irá seguir-se ao século de Constantino e de Constâncio II, tendo o arianismo sido ferido de morte pelo Concílio de Constantinopla.

O livro está dividido em quatro capítulos. No primeiro, o autor detém-se nos fundamentos teóricos: caracterização do governante e o Estado; *Lógos*, arianismo e teoria política; *homoúsios*, nicenismo e teoria política; a reelaboração do poder: razão de Estado e credo. O segundo capítulo estuda o «governo partilhado» (337-350), com atenção às heranças constantinianas, ao problema tal como foi assumido por Atanásio de Alexandria, às dissensões entre Oriente e Ocidente, à reivindicação

do primado romano e ao papel e influência de Niceia no ideário da teologia política ocidental; o terceiro é dedicado ao tempo central e paradigmático de Constâncio II (351-361); o quarto, metodologicamente finalizando o assunto versado no conjunto do estudo, sob o título «Resolução de conflitos», investiga o Concílio de Alexandria e o cisma de Antioquia, o cisma luciferiano, «a extirpação da heresia» e o caminho (na direção do Concílio) de Constantinopla.

O valor e a importância deste estudo podem ser aferidos, não só pela sua face histórica e historiográfica, mas também pelas lições e inspirações que pode trazer à problemática da teologia política no tempo actual. Se hoje, e sobretudo depois da *Gaudium et Spes* e em geral do Concílio Vaticano II, a relação essencial entre religião e política e entre Igreja e Estado, está bem definida, nem sempre, na prática (e algumas vezes nas teorias) andam isentas de alguma confusão e de alguns excessos, nem as tentação do sacralismo e do secularismo estão completamente afastadas. Isto, para nos situarmos apenas no mundo da tradição cristã, pois se tivermos em conta o da tradição islâmica, as coisas são sem dúvida mais complicadas. Os factos de um passado remoto aqui estudados e a reflexão produzida sobre os mesmos podem, pois, ajudar a fazer luz sobre coisas que são do nosso tempo.

LUÍS SALGADO

GARCÍA-LESCÚN, Eliseo, **Dios en su revelación**, col. «Pensamiento» 16, Editorial Agustiniiana, Guadarrama (Madrid), 2012, 296 p., 210 x 150, ISBN 978-84-92645-24-4.

O livro que aqui se apresenta constitui um caso editorial de curiosa exceção, sendo

editado em obediência a um facto exterior ao seu conteúdo. Trata-se, como adverte o autor numa «Nota preliminar», de «uma reprodução literal das notas que proporcionava aos meus [aos seus] alunos da Faculdade teológica do Norte de Espanha (sede de Burgos) aí pelos anos setenta e tantos [do século XX]». Ao editá-lo em 2012 «sem atualização nem modificações», como confessa, o autor diz fazê-lo em atenção ao pedido de um professor actual (Pedro Luís Moráis), que achou ser de não pequeno interesse a sua publicação.

O mesmo autor adverte que o conteúdo e a forma expositiva deste manual não são acabados, antes constituem aquilo que em Portugal, em termo académico, costumamos designar por «sebenta»: um auxiliar para os alunos que não dispensa, antes supõe, a exposição oral nas aulas.

O interesse do texto, quer para atuais estudantes quer para atuais docentes e investigadores, reside não tanto no conteúdo em si mesmo (embora muitas coisas possam ser de utilidade) como sobretudo na sua faceta de documento para a história do ensino da teologia (ao tempo ainda bastante) sob o paradigma da neo-escolástica; mais rigorosamente, na transição pós-conciliar daquele paradigma para o pós-escolástico.

Aquilo que hoje, no uso académico, anda designado como a unidade curricular «Mistério de Deus» (ou de outras formas) constituía, na designação latina anterior ao Concílio Vaticano II, o tratado e a disciplina «De Deo uno et trino». No caso vertente, o latim já não é usado, mas a divisão do texto obedece ainda àquele esquema de fundo. É uma divisão em duas partes: a primeira leva por título «Dios en su ser personal», correspondendo ao anterior «De Deo uno»; a segunda, «Dios en su Trinidad», corresponde ao «De Deo trino».